

Gaspar Martins Pereira *

Da Liga Patriótica do Norte ao 31 de Janeiro: um momento de viragem na história política portuguesa *

R E S U M O

Entre a reacção nacional ao ultimatum inglês de Janeiro de 1890 e a revolta republicana no Porto busca-se perceber o momento de viragem política que consistiu na identificação do ideal republicano com o discurso «regenerador» nacionalista, legitimador da acção revolucionária. As movimentações políticas de 1890, que começaram por antepor a questão nacional à questão do regime, acabariam por permitir, sobretudo a partir de Agosto, perante a falência do rotativismo, a apropriação daquele discurso pela propaganda republicana.

Traçadas as linhas-chave da evolução do republicanismo no Portugal finissecular¹, procurarei centrar-me nesse ano agitado que vai desde o Ultimatum inglês de 11 de Janeiro de 1890 à tentativa de implantação da República no Porto.

O que foi esse momento crucial de viragem na vida política portuguesa de finais do século XIX não pode perceber-se fora do ambiente de exaltação patriótica e de sensibilidade depressiva que se vivia nessa altura, associada à crise diplomática aberta com o *Ultimatum* e agravada pelos sintomas de uma grave crise económica e financeira.

Numa primeira fase, a reacção patriótica e nacionalista ao *Ultimatum* inglês uniu todos os quadrantes políticos e sociais em Portugal. Republicanos e monárquicos. Nesse momento, a questão nacional antepunha-se à questão do regime.

O decadentismo nacional conjugava-se com um discurso regenerador, o mesmo que estivera presente em todas as revoluções liberais oitocentistas, que apelava ao retorno à idade mítica de grandeza da Pátria. A ideia de decadência nacional legitimava a acção revolucionária, que assumia, assim, um carácter redentor e messiânico, que anunciava as mudanças necessárias para a salvação da Nação Portuguesa². Ora, este ideário regenerador, porque nacional e supra-classista, não era necessariamente republicano e democrático. De resto, o compromisso que selava com o passado poderia até, como pôde na primeira fase do Estado Novo, assumir um cunho conservador e autoritário, usando o imperativo nacional, dito indiscutível, da salvação da Pátria, acima dos interesses e liberdades individuais ou de grupo.

* Conferência proferida no Ateneu Comercial do Porto, em 31 de Janeiro de 2000, na cerimónia evocativa da revolta republicana do Porto de 1891. Apenas foram introduzidas ligeiras alterações, nomeadamente aduzindo-se algumas notas de referência bibliográfica, publicando-se também a acta da Assembleia Geral do Ateneu a que se faz larga menção no texto.

** Professor Auxiliar da FLUP.

¹ Na conferência anterior, proferida pela Professora Conceição Meireles Pereira.

² Para uma reflexão sobre o conceito de «regeneração», cf. PROENÇA, 1990; SERRÃO, 1978.

Penso que a Liga Patriótica do Norte, fundada logo a 26 de Janeiro, encarnava esse espírito, reunindo monárquicos e republicanos, sob a presidência do socialista Antero de Quental. Foi, de resto, um monárquico, Luís de Magalhães, quem tomou a iniciativa de convidar Antero para presidir à Liga, cujas sessões funcionaram precisamente no salão nobre e nas salas da Secretaria do Ateneu Comercial do Porto.

De resto, o ambiente que se vivia no Ateneu dessa época, é bem ilustrativo do clima de agitação política e exaltação patriótica que o ultimato inglês provocou em todo o país. Imediatamente a seguir ao *Ultimatum*, um grupo de sócios (entre os quais alguns que iriam participar na sublevação republicana, como Aurélio da Paz dos Reis), requereu uma assembleia extraordinária, que se realizou a 18 de Janeiro para «*manifestar a sua adesão ao brado patriótico de todo o país, de repelir a afronta injustificável do governo inglês pelos recentes e conhecidíssimos sucessos na África Central*».

Nessa reunião, entre «*vivas a Serpa Pinto, à Pátria e ao Ateneu*» e discursos mais ou menos inflamados, votaram-se por aclamação inúmeras propostas, nomeadamente:

- a expulsão de sócios de nacionalidade inglesa;
- o envio de representações ao Governo para romper «*o tratado de aliança com a Inglaterra, substituindo-o no mais curto prazo por outro, com o país que pelas suas condições de raça e tradições mais vantagens possa trazer à nossa prosperidade e à integridade dos nossos territórios*»;
- a promoção, a expensas individuais dos sócios, através da imprensa portuense, de «*uma guerra patriótica contra a importação de todos os produtos ingleses, contra o subsídio comercial que no Porto se tem prestado a empresas e estabelecimentos britânicos, fazendo-se a mais dedicada propaganda em favor do comércio e da indústria nacionais*»;
- o envio de mensagens de protesto contra as posições inglesas e de defesa dos «*incontestáveis direitos de Portugal aos territórios africanos em litígio*»;
- o apoio a iniciativas de outras instituições patrióticas, como a Sociedade de Geografia de Lisboa;
- o apoio a medidas de criação ou reforço de «*elementos de defesa necessários para segurança da pátria, afim de que, no mais curto prazo possível, Portugal se coloque em condições de repelir desacatos como o que acaba de praticar a Inglaterra*»;
- o envio de mensagens de louvor «*ao bravo oficial Serpa Pinto, ao engenheiro Álvaro de Castelões e ao cônsul de Portugal em New-Castle, Jaime Batalha Reis, os dois primeiros pelo denodo com que afirmaram o poder de Portugal nas regiões da África, conduzindo briosamente a expedição ao Chire, e o último pela maneira brilhantíssima, como na imprensa inglesa e na conferência de Bruxelas, defendeu os nossos direitos aos domínios africanos e enalteceu o alcance da missão civilizadora de Portugal no Continente negro*»;
- a criação de um prémio valioso para o melhor trabalho apresentado num concurso a abrir pelo Ateneu «*para a elaboração de uma obra que tenha por fim pôr bem em evidência a política absorvente e desleal da Inglaterra para com Portugal, de maneira a fazer repelir de futuro quaisquer alianças com aquela nação e a criar nas gerações por vir um sentimento de íntima desconfiança para com a mesma nação*» (esse livro deveria ser adoptado nas escolas populares, «*como elemento importante para a educação cívica da mocidade*»);

- a garantia de que o Ateneu, como associação, contribuiria o mais que pudesse «*para qualquer subscrição nacional destinada a obter, no mais curto prazo, os elementos de defesa*» necessários ao país, estimulando-se ainda a contribuição individual de todos os sócios;
- a publicação, por iniciativa do Ateneu, «*de um jornal, número único, onde se agradeça as manifestações da França, Áustria, Espanha, Itália, Alemanha e Rússia*»;
- a colocação, em lugar de honra, «*do retrato do major Serpa Pinto, nosso sócio honorário, junto do dos outros exploradores Capelo e Ivens*»;
- a promoção de conferências contra a Inglaterra; a realização no Ateneu, anualmente, no dia 18 de Janeiro, de «*uma conferência de propaganda a favor dos nossos direitos em África e mais domínios portugueses*», que servisse «*ao mesmo tempo de protesto eterno contra a forma irregular e violenta como a Inglaterra acaba de proceder para com Portugal por causa dos acontecimentos ultimamente ocorridos no Chire, abusando da sua força naval para nos humilhar e espoliar*»;
- a apresentação de uma proposta à Câmara Municipal do Porto para que fossem atribuídos os nomes de Serpa Pinto e de Álvaro de Castelões a duas ruas da cidade;
- a recusa de utilizar barcos ingleses no transporte de emigrantes para o Brasil e que «*os portugueses residentes no Brasil*» nunca utilizassem «*os vapores ingleses, quer para a expedição ou recepção de mercadorias, quer para a passagem deles ou pessoas de sua dependência*»; etc.

Um dos sócios, o Dr. Leonardo Torres, avançou mesmo «*a ideia de se formar um grupo de homens enérgicos para a criação de um único partido: o da defesa nacional*»³.

Os associados do Ateneu Comercial do Porto não se ficaram pelos discursos. Subscreveram uma avultada quantia⁴ para o fundo de defesa nacional. E concretizaram, ou promoveram a concretização, de muitas das propostas apresentadas na assembleia de 18 de Janeiro de 1890⁵.

Por todo o país, o patriotismo exacerbado mobilizava protestos, manifestações, comícios, num clima igualmente emotivo que foi facilmente aproveitado pelos republicanos, cuja intensa propaganda procurou responsabilizar a monarquia pela crise nacional. A intensidade das manifestações populares conduziu, de imediato, à queda do governo progressista de Barros Gomes. O novo governo do Partido Regenerador, perante a violência da agitação anti-monárquica acabaria por tomar medidas repressivas, sobretudo a partir de Março, com a proibição de manifestações, suspensão de inúmeros jornais, prisão de personalidades republicanas, chegando a proibir-se «*A Portuguesa*» que era cantarolada nas ruas. Mas as medidas repressivas do governo não só aumentaram o clima de tensão como granjearam novos adeptos para o campo republicano, incluindo personalidades de relevo nacional, como Guerra Junqueiro que, nesse ano, publicaria *Finis Patriae*, um dos seus mais violentos ataques à Monarquia.

Ultrapassado o momento de unanimismo inicial que caracterizou a emoção colectiva dos protestos anti-britânicos, a questão nacional identificava-se, ainda consensualmente,

³ AACP - *Actas da Assembleia Geral*, 1890.

⁴ 1.728\$870 réis.

⁵ Cf. PEREIRA; PEREIRA, 1995: 67.

com um discurso regenerador, partindo da consciência da necessidade de reformas profundas na vida política, económica, social e cultural portuguesa. É já esse discurso regenerador que orienta os propósitos da Liga Patriótica do Norte, que pretende «promover a defesa material, o fomento económico e reorganização financeira e todos os progressos que melhor garantam no futuro a independência e prosperidade da Nação».

Escreveu então Antero de Quental, acrescentando ao discurso regenerador tradicional um apelo à participação cívica, ao envolvimento colectivo e democrático nas mudanças necessárias e à reforma «moral», ou seja, «dos sentimentos e dos costumes», da Nação: *«Portugal expia com a amargura deste momento de humilhação e ansiedade de quarenta anos de egoísmo, de imprevidência e de relaxamento dos costumes políticos – quarenta anos de paz profunda que uma sorte raríssima nos concedeu e que só soubemos malbaratar na intriga, na vaidade, no gozo material, em vez de os aproveitar no trabalho, na reforma das instituições e no progresso das ideias. Sob o insulto imprevisto esta nação parece agora acordar: mas é necessário que o protesto nacional seja ao mesmo tempo um acto de contricção da consciência pública: Reconhecer os erros passados será já um começo de emenda, e temos muito e muito que emendar. O nosso maior inimigo não é o inglês, somos nós mesmos. Só um falso patriotismo, falso e criminosamente vaidoso, pode afirmar o contrário. Declamar contra a Inglaterra é fácil: emendar os defeitos da nossa vida nacional será mais difícil; mas só essa desforra será honrosa, só ela salvadora. Portugal, ou se reformará, política, intelectual e moralmente, ou deixará de existir. Mas a reforma, para ser efectiva e fecunda, deve partir de dentro, do mais fundo do nosso ser colectivo: deve ser antes de tudo uma reforma dos sentimentos e dos costumes. Enganam-se os que julgam garantir o futuro e assegurar a nacionalidade com meios exteriores e materiais, com armamentos e alarde de força militar. Uma era nova começou para esta Nação, que acorda, como de um sonho, do seu optimismo egoísta e banal»*⁶.

Mas, nesta primeira fase, o discurso de «salvação da Pátria» não podia considerar-se ainda um património republicano. Na linha da matriz ideológica liberal que, como vimos, desde a revolução do Porto de 1820, incorporara a ideia de «regeneração», muitos monárquicos defendiam que era necessário alterar profundamente a vida política nacional. Nesse sentido, 1890 pode considerar-se um ponto de chegada da monarquia constitucional e da falência do modelo rotativista. Desde os anos oitenta, popularizavam-se tendências cesaristas entre os monárquicos, que defendiam uma intervenção forte do poder real na vida política, capaz de levar a cabo, a partir de cima, uma reforma profunda das instituições e da sociedade portuguesa. Entre os adeptos e mentores da regeneração cesarista encontramos personalidades destacadas da vida política e cultural do país, muitos deles com fortes ligações ao Porto, como Oliveira Martins, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão ou António Cândido.

Mas o desgaste dos partidos que partilhavam o poder e controlavam a vida política desde 1852, perante a gravidade da crise, deixava pouca margem de manobra aos que defendiam a regeneração da monarquia. O que se verificou, ao longo desse ano agitado de 1890, foi a apropriação crescente do discurso regenerador nacionalista pelos republicanos, cujo símbolo mais representativo e duradouro foi «A Portuguesa». Essa tendência acentuou-se depois da discussão do convénio luso-britânico de 20 de Agosto, que aumentava as concessões à Inglaterra nos territórios coloniais portugueses da África Oriental. O convénio não passou nas Câmaras e o governo regenerador caiu, sob violentos protestos de rua. Atingiu-

⁶ QUENTAL, 1890.

-se então o culminar da agitação política. No Porto, falava-se abertamente em revolução e improvisavam-se manifestações à mesa do Café Suíço, na Praça Nova, o centro físico e simbólico da acção cívica portuense.

Na sequência da queda do governo do Partido Regenerador formou-se um ministério supra-partidário, presidido pelo general João Crisóstomo, em que participavam ministros reformadores do grupo dos «Vencidos da Vida», como António Cândido e António Enes, com uma política externa menos subserviente à Inglaterra. Era evidente a vontade de regenerar, por dentro, a monarquia. Mas, para muitos, já era tarde. Mesmo adeptos confessos da fórmula cesarista monárquica já não acreditavam na capacidade de regeneração da monarquia.

A questão nacional transformara-se numa questão de regime, como escreveria, pouco mais tarde, Guerra Junqueiro: «*A revolução impunha-se. Republicana? Conforme. Se o monarca nos saísse um alto e nobre carácter, um grande espírito juvenil e viva encarnação de ideal heróico, tanto melhor. A revolução estava feita. Imprimia-se, dum dia ao outro, no Diário do Governo. [...] Não se tratava por enquanto de modalidades orgânicas de existência; tratava-se de existir [...]. Quando um vapor alagado vai ao fundo, discute a marinhagem construções navais? Primeiro salvá-lo, o estaleiro depois. Quer dizer: a revolução urgente não era social, era moral [...]. A existência da pátria dependia da revolução. O rei não pôde, não soube ou não quis fazê-la. Em suma, não a fez. Perdeu-se. Que restava? Fazê-la o povo. Não a fazendo, perdia-se também. O rei, em vez de cortar o cancro, identificou-se com ele. Chaga maior, operação mais grave. Já ninguém suprimirá o cancro, sem suprimir a realeza. O republicanismo não é aqui uma fórmula de direito público; é a fórmula extrema de salvação pública. No prédio em chamas há só uma janela aberta. Preferem os monárquicos morrer queimados, por a janela estar pintada de vermelho? Fosse ela branca que eu saltaria sem escrúpulos. Republicano e patriota tornaram-se sinónimos. Hoje, quem diz pátria, diz república. Não uma república doutrinária, estupidamente jacobina, mas uma república larga, franca, nacional, onde caibam todos. Não dum partido, da nação*»⁷.

Ora, esta identificação entre a questão nacional e a questão do regime, entre «Pátria» e «República», ganhou nitidez no movimento cívico portuense, a partir do Verão de 1890. Enquanto muitos republicanos de Lisboa e o Directório do PRP, dirigido por Elias Garcia, adoptavam uma posição moderada, defendendo o reforço eleitoral do partido, os republicanos portuenses assumiam a revolução como a via incontornável da «regeneração». O escol intelectual e republicano, em que se destacavam homens como Alves da Veiga, Sampaio Bruno, Felizardo Lima, Basílio Teles ou João Chagas, comungava dessa «ética patriótica» que conduzia, para eles inevitavelmente, à revolução republicana como fórmula redentora da Nação. Desde 1 de Setembro, o jornal *A República Portuguesa*, fundado por João Chagas, Dionísio Santos Silva, Alvarim Pimenta e Joaquim Leitão, tornara-se o órgão oficial da revolução. No primeiro número, João Chagas escrevia: «*O tempo urge. A solução seja ela qual for, não tardará. Até lá, a obra deste jornal será inteiramente revolucionária*»⁸. Logo às 8 horas da manhã, já estavam vendidos 10.000 exemplares deste primeiro número⁹, o que nos dá bem a noção do forte alastrar do ideário republicano...

⁷ JUNQUEIRO, 1896, vi-xii.

⁸ CHAGAS, 1890.

⁹ ESTEVES, 1999: 36.

São relativamente bem conhecidos os episódios que rodearam a revolta militar, a sua organização, a precipitação dos acontecimentos e a derrota do 31 de Janeiro¹⁰. Por isso, limitar-me-ei a algumas notas, dispensando-me de pormenores.

Tem-se discutido, por vezes, a viabilidade política e estratégica da revolta, considerando-se que ela não passaria de uma «sargentada», votada ao fracasso, pela precipitação, pela ausência de direcção política e militar, pela falta de apoio popular, pela falta de apoio do Partido e da Maçonaria, pela desorganização e imprevidência dos seus mentores e executores.

Tudo isso pode ser verdade. Numa revolução derrotada, encontra-se sempre um sem número de explicações para a derrota. E os próprios mentores da revolução o reconheceram. No *Manifesto dos Emigrados do 31 de Janeiro*¹¹, escrito por Sampaio Bruno três meses depois, reconhecia-se a imprevisibilidade de aspectos fortuitos, de cobardias e de traições. Não se apontava, mas provavelmente pensava-se, na indiscrição e falta de tacto político do truculento Santos Cardoso, o director do jornal *A Justiça Portuguesa*, encarregado da ligação aos militares. Não se apontava, mas certamente pensava-se, nas posições do Directório Republicano e na falta de solidariedade activa da Maçonaria. Não se apontava, mas provavelmente reconhecia-se com amargura, os erros tácticos da operação militar. Aquela longa parada dos batalhões de Caçadores 9, Infantaria 10, Infantaria 18 e Guarda Fiscal no Campo da Regeneração, a descida para a zona baixa pela a Rua do Almada, aos gritos de «Viva a República!», com pressa de consumir o acto político do derrube da monarquia na varanda da Câmara Municipal, antes mesmo da vitória militar, antes da ocupação do Governo Civil, do Telégrafo, das zonas altas estratégicas, permitindo que as tropas da Guarda Municipal se formassem no alto de Santo Ildefonso e daí dominassem a Rua de Santo António, onde iriam derrotar os sublevados, quando estes, tardiamente, decidiram avançar. O que, basicamente, perdeu os republicanos, imbuídos que estavam do ideal regenerador, assente na «ética patriótica», foi aquela confiança ingénua de que bastaria dar o brado da revolta para que toda a cidade e todo o país, incluindo as forças leais à monarquia, aceitassem o facto consumado¹².

Muitas análises que procuram encontrar as razões da derrota do 31 de Janeiro têm destacado a forma como a revolução fora preparada, sem o sigilo necessário, com frequentes delações, estando as autoridades a par do que se passava. No entanto, a derrota militar parece ter decorrido mais das hesitações dos sublevados do que da actuação imediata das tropas fiéis à monarquia. De resto, é frequente acontecer quebras de sigilo nas revoluções, mesmo nas vitoriosas, como as do 5 de Outubro ou do 25 de Abril.

A falta de apoio popular tem sido também apontada como outra das explicações do falhanço da revolução. O próprio Basílio Teles¹³ o reconheceu, considerando que os republicanos tinham desperdiçado o momento alto da agitação popular. Mas o povo do Porto não foi «hostil nem indiferente» à revolta. Quando começava a apoiá-la na Praça Nova, na manhã de 31 de Janeiro, os confrontos militares vieram pôr fim à revolta e também à possibilidade de intervenção popular.

¹⁰ A começar pela narrativa de dois dos mais famosos implicados na revolta: CHAGAS; COELHO, 1901.

¹¹ BRUNO, 1891.

¹² SERRÃO, 1990: 170-174.

¹³ TELES, 1968.

Quanto à precipitação, ela resultou, essencialmente, como sabemos, do anúncio das transferências de muitos dos militares implicados. De resto, Alves da Veiga e Basílio Teles eram contrários à antecipação da revolta e tentaram fazer com que fosse adiada para um momento mais oportuno, mas era já demasiado tarde. O ambiente criado entre os sargentos tornara a revolução imparável.

E é verdade também que as divisões internas no Partido Republicano, algumas animosidades pessoais, como as que opunham Homem Cristo a Santos Cardoso, retiraram apoios que poderiam ter contribuído para o êxito da revolução. Mas há indícios de que os republicanos de todo o País acreditavam na revolta do Porto. Bem antes do 31 de Janeiro, os republicanos portuenses recebiam estímulos de figuras de prestígio nacional. Teófilo Braga, por exemplo, escrevia a Santos Cardoso, a 15 de Novembro de 1890: «*estou convencido que a revolução sobrevirá no Porto, na terra que teve a alta iniciativa de 1820. Se estivermos à espera do levantamento de Lisboa, nunca ele virá, porque esta gente aqui é timorata e cheia de conveniências, tem medo da polícia, da guarda municipal, etc. Além disso, os dirigentes são elementos velhos que tudo empatam. A revolução do Porto é que pode acordar esta gente, e então ver-se-á forçada a aderir. E no caso de aí rebentar a revolução, aí estarei pronto para o trabalho... Portanto, tudo aperta para abreviar o movimento e para que o Porto retome a sua gloriosa iniciativa*»¹⁴.

A República, afinal, não triunfou senão passados quase vinte anos. Mas a derrota da revolução de 31 de Janeiro acabaria por adquirir, com o devir da República vitoriosa em 1910, um carácter heróico e mítico, como acontecimento fundador. Como se a República aqui anunciada fosse, entre a saudade e a esperança, portadora da identidade nacional e, sucessivamente, recuperada em novos projectos de regeneração. Já não será apenas a velha tradição liberal, mas também, articulando-se com ela, o legado dos homens que fizeram a revolta do Porto, ou seja, o carácter democrático. Como em 1912, com a «Renasçença Portuguesa», ou depois, durante o Estado Novo, quando o 31 de Janeiro se transformou, definitivamente, em símbolo maior da tradição de participação cívica e da esperança de liberdade dos democratas do Porto.

DOC. 1: O ATENEU PERANTE O *ULTIMATUM* INGLÊS DE 1890¹⁵

Acta nº 98 Sessão Extraordinária Aos dezoito de Janeiro de mil oitocentos e noventa Assumiu a presidência o sr. António Teixeira dos Santos, vice-presidente, que convidou para secretários, na falta dos efectivos, os srs. Manuel Guimarães e António Carlos da Silva.

Eram 7 1/4 horas da tarde quando o sr. presidente declarou aberta a sessão e mandou fazer a leitura do requerimento que a originou, que era fundamentado na necessidade do Ateneu manifestar a sua adesão ao brado patriótico de todo o país, de repelir a afronta injustificável do governo inglês pelos recentes e conhecidíssimos sucessos na África Central.

Procedendo-se à chamada dos signatários do requerimento, verificou-se que estavam presentes vinte e dois, número este mais do que preciso para cumprir-se a disposição do nº 3 do art.º 31 do Estatuto.

¹⁴ CRISTO, 1928: 303-304.

¹⁵ AACP - *Actas da Assembleia Geral*, 1890.

Seguidamente foi lida a acta da precedente sessão que, sem discussão, foi aprovada.

Foi novamente lido aquele requerimento que motivou a presente sessão, e, oferecido pelo sr. presidente à admissão, votou-se esta unanimemente.

O sr. Aurélio da Paz dos Reis, como um dos signatários do requerimento, disse que se julgava feliz por ter contribuído para a promoção de uma reunião tão extraordinariamente concorrida, demonstrando-lhe exuberantemente isto que estava no ânimo de todos os seus consócios o desejo de que o país se desafrontasse briosa e dignamente do procedimento inqualificável da cínica Inglaterra. Continuando a discursar neste sentido, disse que a brilhantíssima manifestação de hoje evidenciaria mais uma vez a vitalidade do Ateneu, agremiação que por tantos motivos se tem tornado credora da extrema consideração do público; e terminou por mandar para a mesa a seguinte proposta:

«1º Que esta sessão extraordinária de 18 do corrente da assembleia geral do Ateneu Comercial do Porto, seja única e exclusivamente considerada, como um enérgico protesto contra o insólito procedimento da Inglaterra, pretendendo violar os incontestáveis direitos de Portugal;

2º Que se represente aos poderes públicos para que se rompa o tratado de aliança com a Inglaterra, substituindo-o no mais curto prazo por outro, com o país que pelas suas condições de raça e tradições mais vantagens possa trazer à nossa prosperidade e à integridade dos nossos territórios;

3º Que, por meio da imprensa portuense, pela iniciativa de cada sócio, com o penhor das suas assinaturas, se promova uma guerra patriótica contra a importação de todos os produtos ingleses, contra o subsídio comercial que no Porto se tem prestado a empresas e estabelecimentos britânicos, fazendo-se a mais dedicada propaganda em favor do comércio e da indústria nacionais que, como quaisquer outros, são capazes de satisfazer as exigências do consumo, não só interior como exterior;

4º Que o Ateneu Comercial do Porto exclua os súbditos britânicos da eleição dos seus corpos gerentes;

5º Oficiar à Associação Comercial do Porto, convidando-a a que tome igual deliberação.

6º Consignar na acta desta memorável sessão um voto de patriótico aplauso à cidade de Lisboa e às suas mui respeitáveis corporações pela alevantada e nobilíssima atitude das suas múltiplas manifestações nesta conjuntura.» Aurélio da Paz dos Reis.

A proposta votou-se à admissão.

O sr. José Dias Alves Pimenta leu e mandou para a mesa a seguinte proposta:

«O modo verdadeiramente indigno como o governo de Inglaterra acaba de proceder na questão suscitada pela afirmação dos direitos de Portugal a territórios na África central, revoltou até ao mais íntimo todos os corações portugueses e despertou na alma nacional uma explosão de sentimentos que traduzem ao mesmo tempo amor da pátria e protesto contra o modo como nos tratou o governo de uma nação que só irrisoriamente poderia ser chamada nossa fiel aliada; Esses sentimentos encontram no Ateneu Comercial do Porto o eco ressonante que aqui tem achado tantas iniciativas nobres e generosas e tantos pensamentos de verdadeiro alcance para o nome de Portugal.

Por isso, os abaixo assinados, sócios do Ateneu Comercial do Porto, interpretam, sem contestação alguma, o sentir e o pensar de todos quantos fazem parte desta ilustre agremiação, propondo à apreciação da patriótica assembleia, hoje reunida, as seguintes indicações tendentes a definir o protesto do Ateneu Comercial contra o procedimento indigno do governo de Inglaterra.

Propomos pois:

1º Que ao parlamento português seja enviada uma mensagem deferindo, em termos bem frisantes, o protesto do Ateneu Comercial do Porto contra o modo indigno por que o governo presidido por Salisbury desacatou os incontestáveis direitos de Portugal aos territórios africanos em litígio;

2º Que o Ateneu Comercial do Porto afirme, de uma forma bem significativa, a sua adesão ao protesto que a benemérita Sociedade de Geografia de Lisboa resolveu publicar contra o procedimento do governo inglês;

3º Que numa representação ao nosso governo, o Ateneu Comercial do Porto lhe peça que cuide instantemente de criar todos os elementos de defesa necessários para segurança da pátria, afim de que, no mais curto prazo possível, Portugal se coloque em condições de repelir desacatos como o que acaba de praticar a Inglaterra;

4º Que no intuito de não serem manchados com o sinal de uma procedência odiosa os elementos de defesa que venham a criar-se, se solicite igualmente que não seja contratada em a Inglaterra nenhuma construção naval, nem qualquer armamento;

5º Que seja dirigida uma entusiástica mensagem de congratulação ao bravo oficial Serpa Pinto, ao engenheiro Álvaro de Castelões e ao cônsul de Portugal em New-Castle, Jaime Batalha Reis, os dois primeiros pelo denodo com que afirmaram o poder de Portugal nas regiões da África, conduzindo briosamente a expedição ao Chire, e o último pela maneira brilhantíssima, como na imprensa inglesa e na conferência de Bruxelas, defendeu os nossos direitos aos domínios africanos e enalteceu o alcance da missão civilizadora de Portugal no Continente negro;

6º Que seja criado um prémio de reis trezentos mil (reis 300\$000) para ser conferido ao melhor trabalho que se apresente num concurso aberto pelo Ateneu Comercial do Porto para a elaboração de uma obra que tenha por fim pôr bem em evidência a política absorvente e desleal da Inglaterra para com Portugal, de maneira a fazer repelir de futuro quaisquer alianças com aquela nação e a criar nas gerações por vir um sentimento de íntima desconfiança para com a mesma nação. O Ateneu Comercial do Porto envidará todos os esforços para que o governo faça adoptar nas escolas populares esse livro, como elemento importante para a educação cívica da mocidade;

7º Que o Ateneu Comercial do Porto faça reunir em um quadro a nota do ministro dos negócios estrangeiros de Portugal com data de 10 de Janeiro de 1890, o ultimatum apresentado pelo governo de Inglaterra e a nota do referido ministro dos negócios estrangeiros de Portugal em resposta a esse ultimatum, devendo esses documentos ser impressos à custa do Ateneu Comercial do Porto e por ele distribuídos a todas as escolas e associações de Portugal, afim de que a mocidade e as classes que essas associações abrangem possam contemplar constantemente os documentos que atestam a vilania de uma nação estranha que de Portugal recebeu tantas e tão constantes provas de leais relações;

8º Que o Ateneu Comercial do Porto, como associação, contribua quanto em suas forças couber, para qualquer subscrição nacional destinada a obter, no mais curto prazo, os elementos de defesa de que Portugal tanto carece, podendo todos os sócios ampliar com a sua subscrição individual este concurso, tão útil como patriótico. António Bernardino Alves Costa, Manuel Guimarães, Manuel Fernandes de Pinho, José da Silva Pimenta, Manuel José Alves de Azevedo, António Carlos da Silva, Pedro Pinto Gonçalves Pimenta, José Casimiro de Oliveira Guimarães e José Dias Alves Pimenta.»

Votou-se a admissão unanimemente.

O sr. Custódio José Pereira Braga Júnior manifestou a sua adesão ao pensamento das propostas precedentemente apresentadas e mandou também para a mesa a seguinte:

«1º Que o Ateneu Comercial do Porto tome a iniciativa da publicação de um jornal, número único, onde se agradeça as manifestações da França, Áustria, Espanha, Itália, Alemanha e Rússia;

2º Que o Ateneu Comercial do Porto mande colocar o retrato do major Serpa Pinto, nosso sócio honorário, junto do dos outros exploradores Capelo e Ivens.

3º Que o Ateneu Comercial do Porto envie uma mensagem de felicitação pela maneira como soube honrar o nome português ao Exmº. Senhor Neves Ferreira, governador geral da província de Moçambique. Custódio José Pereira Braga Júnior.»

O senhor António Moreira Cabral declarou que se associava como verdadeiro português às ideias expendidas nas propostas já lidas, e louvou a iniciativa tomada pelos sócios do Ateneu que promoveram a reunião de hoje que julgava precisa para a agremiação que tão dignamente tem festejado os eméritos africanistas que em honra e glória da pátria se têm distinguido. Que o silêncio da agremiação, no momento em que de toda a parte se levanta o grito unânime do amor da pátria, seria um desmentido nada digno das suas precedentes tradições: por isso que lhe cumpria por dever contribuir com todos os elementos ao seu alcance para a desafronta da pátria, auxiliando assim qualquer governo, proceda ele de onde proceder, que procure repelir posições que a dignidade rejeite. Fez ainda muitas considerações em defesa da ideia comum de momento que mereceram o aplauso da assembleia, e terminou por apresentar a seguinte proposta que mandou para a mesa:

«Proponho que se officie ou se dirija um telegrama aos nossos colegas de Lisboa, representados pela Associação Comercial dos Lojistas, comunicando-lhes que o Ateneu Comercial do Porto felicita e aplaude os trabalhos dos comerciantes de Lisboa, congratulando-se com eles, e desejando acompanhá-los em todos os movimentos, oferece a sua patriótica adesão.

Proponho mais que se dirija uma mensagem do nosso sincero e entusiástico louvor ao nobilíssimo duque de Palmela, pelo rasgo do mais alevantado patriotismo, devolvendo ao governo inglês uma condecoração que s. exc.^a entendeu não devia ser colocada no peito de verdadeiro fidalgo português, digno descendente de seus antepassados. António Moreira Cabral.»

Foi votada sem oposição a admissão desta proposta à qual o sr. Leonardo Torres fez o seguinte aditamento:

«Que na pessoa do sr. duque de Palmela se saude o tipo legendário do marinheiro português: a armada real.»

O sr. António Ferreira da Costa Guimarães disse que se associava com o maior entusiasmo às manifestações patrióticas que naquele momento se faziam ali, que honrariam o Ateneu e lhe sustentariam a tradição de agremiação útil onde se encontrava sempre cooperação a todas as iniciativas nobres. Apresentou seguidamente esta proposta:

«Que o Ateneu Comercial do Porto efectue todos os anos, no dia de hoje, uma conferência de propaganda a favor dos nossos direitos em África e mais domínios portugueses, e que sirva ao mesmo tempo de protesto eterno contra a forma irregular e violenta como a Inglaterra acaba de proceder para com Portugal por causa dos acontecimentos ultimamente ocorridos no Chire, abusando da sua força naval para nos humilhar e espoliar; e mostre quanto ela é que se desonrou, faltando à fé do tratado entre as nações da Europa e firmado pelos seus delegados na convenção de Berlim. António Ferreira da Costa Guimarães.»

O sr. Dr. Leonardo Torres depois de declarar que, no actual momento, todos os seus pensamentos estavam ligados à defesa da pátria, porque à pátria daria a sua espada, pena e in-

teligência —, disse que se propunha a realizar no Ateneu algumas conferências a provar com factos de história o que a Inglaterra tem sido com a sua política sempre absorvente para os estranhos. A Inglaterra, continuou o orador, tem sido constantemente espoliadora, mas não somente para o nosso país: a sua espoliação é feita ao direito das gentes. E quer a liberdade do negro? Haja vista ao que ela faz aos brancos da Irlanda. Liberais, disse, somos nós que fizemos o Brasil e quebramos as algemas dos escravos. A Inglaterra com todo o seu orgulho só faz comércio, por isso quer o monopólio da África porque prevê que os povos europeus fechem os seus mercados aos produtos ingleses. Demonstrou a largo traço os esforços que fez a Inglaterra para se apossar do Zaire, depois de ter-se apoderado do cabo da Boa Esperança — criando com isto dificuldades à Rússia; de como absorveu o maior número de acções do Canal do Suez para se apoderar mais tarde do Egipto; de como se tem esforçado para se apossar de Lourenço Marques para assim ter mais seguro o comércio do interior; e de como ainda, com a sua política absorvente, se quer apoderar das regiões do lago «Nanja», que baptizou de Niassa, para nos desapossar do importante comércio de marfim.

Ainda discursou largamente, fazendo citações que mereceram grandes aplausos da assembleia. E demonstrando como os povos pequenos têm infligido lições à Inglaterra, citando, entre eles, os boers; manifestando-se apóstolo da união das raças latinas do continente europeu para se entenderem comercialmente, como se vão unir as duas Américas; advogando a ideia de se formar um grupo de homens enérgicos para a criação de um único partido: o da defesa nacional, e, referindo-se ao facto que se dera em Lisboa, de serem cobertas de crepes as estátuas que adornam o monumento de Camões — com o que não concordava porque o país nada tinha de que envergonhar-se, mas sim a Inglaterra pelos actos que pratica —, terminou por solicitar que lhe fosse permitido assinar também a proposta que fora lida pelo sr. Alves Pimenta. Mandou para a mesa a seguinte proposta: «Proponho que se saúde o procedimento dos nobres portugueses duques de Palmela e do Cadaval e conde de Porto Covo da Bandeira, noticiado no Comércio do Porto. Leonardo Torres». Foi votada a admissão.

O sr. José António Ferreira disse que, depois dos brilhantes discursos que ouvira, só o dever do cargo que desempenhava, de presidente da Direcção, o obrigava a falar e que isto fazia para declarar à Assembleia que a colectividade a que presidia se associava às manifestações de patriotismo ali afirmadas tão imponentemente.

O sr. Paulo Ventura de Cantos fundamentou a seguinte proposta que mandou para a mesa: «Proponho que se solicite da Exm^a. Câmara Municipal do Porto que dê os nomes de Serpa Pinto e de Álvaro de Castelões a duas ruas; das já abertas, cuja denominação nada signifique, ou a duas ruas das muitas já abertas e que ainda não têm denominação, isto para perpetuar os nomes dos dois gloriosos portugueses que, no continente negro, disputam a integridade da nossa pátria. — Félix Ramos, Manuel José Alves de Azevedo, Paulo Cantos, Fernando António de Castro, Domingos Pereira Esteves, Cândido Augusto de Sousa Pinto, Custódio José da Costa, Ricardo Teixeira Lemos e José Francisco Duque».

Foi votada.

O sr. António Guedes Valente apresentou também a seguinte proposta: «1º Proponho para que se consigne pelos meios mais altamente patrióticos que se encaminhe a nossa emigração para o Brasil pelos vapores que não sejam de nacionalidade inglesa;

2º Que se solicite de todos os portugueses residentes no Brasil que nunca se utilizem dos vapores ingleses, quer para a expedição ou recepção de mercadorias, quer para a passagem deles ou pessoas de sua dependência. António Guedes Valente».

Foi votada a admissão.

O sr. Dr. Miguel Pestana perguntou se no número dos sócios do Ateneu se contavam súbditos britânicos, isto porque, no caso afirmativo, queria ser coerente com o seu procedimento noutra agremiação despedindo-se.

O sr. José António Ferreira, presidente da Direcção, declarou àquele senhor que lhe não podia dar naquele momento a certeza de se contarem súbditos britânicos no número avultadíssimo de sócios; acreditava porém, que se os houvesse, conhecidas como seriam as manifestações da assembleia, teriam eles demonstração bem evidente do que lhes cumpria fazer.

O sr. presidente disse que, não havendo mais nenhum senhor associado inscrito ia mandar ler novamente as propostas afim de se votarem pela ordem da apresentação. Trocaram explicações sobre o modo de votar os senhores José da Silva Pimenta, Pedro Pimenta e Eduardo Leão Costa; os dois primeiros eram de opinião que as propostas se votassem por aclamação, o último porém não era dessa opinião porque — disse — havia matéria em algumas com a qual não concordava, como era por exemplo, a do nº 5 da do sr. Aurélio Reis.

O sr. Reis declarou que, se a assembleia concordasse, retiraria da sua proposta o número aludido pelo sr. Leão Costa. A assembleia concordou.

Os senhores José da Silva Pimenta e Pedro Pimenta insistiram novamente na votação por aclamação; o segundo porém aditou, fazendo proposta, que depois de terminada a assembleia se reunissem os membros da mesa com os autores das diferentes propostas para acordarem na supressão de quaisquer números que fossem homogêneos modificar a redacção etc., para melhor se poder executar o sentimento que elas todas traduziam. Resolveu-se neste sentido. Votaram-se, pois, as propostas por aclamação, no meio de grande entusiasmo.

Eram 9 horas da noite quando foi levantada a sessão, erguendo-se vivas a Serpa Pinto, à Pátria e ao Ateneu.

Manuel Guimarães, servindo de secretário a subscreveu e assinou

António Teixeira dos Santos

Manuel Guimarães (Secretário)

António Cardoso da Silva (2º Secretário)

Siglas

AACP – Arquivo do Ateneu Comercial do Porto

Abreviaturas

cf. – conforme

ed. – edição

Imp. – Imprensa

Liv. – livreria

org. – organizado por

s.d. – sem data

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Arquivo do Ateneu Comercial do Porto (AACP), 1890 – *Actas da Assembleia Geral*.
- BRUNO, Sampaio, 1891 – *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*, Paris, Imp. Schiller.
- CHAGAS, João, 1890 – *A República Portuguesa*. "A República Portuguesa", nº 1, 1 de Setembro.
- CHAGAS, João; COELHO, ex-tenente, 1901 – *História da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, Lisboa, Editora Empresa Democrática de Portugal.
- CRISTO, Homem, 1928 – *Monárquicos e Republicanos*, Porto, Liv. Progredior.
- ESTEVES, Álvaro Belmar, 1999 – *João Chagas, jornalista e republicano (1890-1900)*, Porto, Faculdade de Letras do Porto (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea).
- JUNQUEIRO, Guerra, 1896 – *Pátria*, s. l., s. e.
- PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena, org., 1995 – *Álbum de Memórias do Ateneu Comercial do Porto (1869-1994)*, Porto, Ateneu Comercial do Porto.
- PROENÇA, Maria Cândida, 1990 – *A Primeira Regeneração*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- QUENTAL, Antero de, 1890 - Expição. "A Província", número extraordinário, 26 de Janeiro.
- SERRÃO, Joel, 1978 – *Regeneração* in "Dicionário de História de Portugal", Porto, Figueirinhas.
- SERRÃO, Joel, 1990 – *Da «Regeneração» à República*, Lisboa, Livros Horizonte.
- TELES, Basílio, 1968 – *Do ultimatum ao 31 de Janeiro*, 2ª ed., Lisboa, Portugália.

